

Entrevista com o Vice-Presidente da FRELIMO, Marcelino dos Santos

“A luta da libertação tomará um grande incremento se Voster se recusar a reconhecer os direitos à liberdade do povo sul-africano”

AMSTERDAM (Do nosso correspondente) — Uma delegação da FRELIMO, chefiada por Marcelino dos Santos e composta por J. Ribeiro de Carvalho, membro do Comité Executivo; F. Eduardo Carrilho, secretário de Estado do ministério das Obras Públicas; F. Rosa Machungo, do ministério da Saúde; Teresa Veloso do ministério da Educação e Alfredo Simango, funcionário do protocolo e secretário, visitou durante cerca de duas semanas os países da Escandinávia, a Finlândia e finalmente a Holanda. O objectivo da visita era duplo, agradecer o apoio recebido dos respectivos governos e organizações durante os anos de luta e procurar obter uma ajuda que facilite a reconstrução de Moçambique e que torne possível solucionar, mesmo parcialmente, os problemas mais prementes que o país terá de enfrentar após a acção da independência em 25 de Junho próximo.

Marcelino dos Santos, vice-presidente da FRELIMO e chefe da delegação concedeu ao EXPRESSO em Amsterdã a seguinte entrevista.

EXPRESSO — A visita que a delegação fez a Finlândia, Noruega, Suécia, Dinamarca e Holanda, foi, simultaneamente, de agradecimento e em busca de cooperação económica. Que ambiente encontrou?

MARCELINO DOS SANTOS — Tivemos encontrado em toda a parte a maior simpatia pela nossa independência, a qual, no fim e ao cabo, não é somente a vitória do povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, contra o colonialismo, mas de facto uma vitória que igualmente pertence a todos os que nos auxiliaram. Da mesma forma nos congratulamos pela vitória do novo do Vietnam do Sul, o qual conseguiu vencer o maior poder do mundo ocidental. A sua vitória é igualmente a nossa e a de todas as forças progressistas. Sobre as imagens escandinavas e holandeses que nos apoiaram durante a luta contra o colonialismo, devo acrescentar que plenamente nos damos conta de que nem sempre é fácil apoiar a luta contra o colonialismo e o imperialismo quando se pertence ao mundo ocidental.

EXPRESSO — Qual é o montante da ajuda efectiva recebida? Quais as suas limitações por parte de cada país?

MARCELINO DOS SANTOS — Nos diversos países foi-nos atribuído que os governos estão decididos a continuar a apoiar o povo moçambicano nesta fase de reconstrução nacional e, mesmo, que

essa ajuda seria sensivelmente aumentada.

A dívida do governo holandês

EXPRESSO — O ministro holandês da Cooperação (com os países do Terceiro Mundo), Pronk, informou a vossa delegação de que o governo holandês fará ao governo de Moçambique uma dívida de 25 milhões de florins (250 mil contos) para serem gastos ainda no decorrer de 1975. A única condição imposta é que o montante seja despendido totalmente em material e equipamento adquirido na Holanda, ou totalmente adquirido em Portugal, ou parcialmente em ambos os países. Semelhantes ofertas foram feitas a Angola e a Guiné-Bissau, cujos dirigentes reagiram de forma favorável a Portugal. Qual será a vossa posição?

MARCELINO DOS SANTOS — Na verdade fomos informados pelos nossos amigos holandeses da decisão de nos serem ofertados 25 milhões de florins, os quais poderão ser gastos ao nosso arbítrio, na Holanda ou em Portugal. Naturalmente perguntáramos-nos se tinhamos objecções a essa condição e a nossa resposta foi que não. Neste momento, porém, ainda nada decidimos sobre a forma como despendermos essa soma e, além disso, também não sabemos qual o equipamento ou material existente em Portugal que nos pode convir.

EXPRESSO — Algumas das organizações que, no passado, auxiliaram a FRELIMO, recusarão de futuro auxiliar o governo de Moçambique — é, por exemplo, o caso do Conselho Mundial da Igreja. Por outro lado, pelo menos na Holanda, organizações ligadas a Igreja (tanto católicas como protestantes) têm oferecido continuar esse auxílio. Como vê a FRELIMO a acção dessas organizações religiosas no Moçambique do futuro?

MARCELINO DOS SANTOS — Nesta fase da nossa independência consideramos que toda a ajuda, a partir do momento que não apresente condições políticas, será aceite, para que possamos realizar o programa de consolidação e reconstrução nacional. O essencial é que os princípios e a vontade do povo moçambicano sejam respeitados.

Quanto ao facto que certas organizações, segundo os seus regulamentos, apoiam movimentos de libertação e não apoiam governos, limitamo-nos a registá-lo e, como procedemos moçambicanos, não nos preocupamos com isso.

assim seja. Contudo, no futuro próximo, continuaremos ainda a ajudar-nos. Nas próprias pretendemos encontrar as estruturas que, respeitando os nossos princípios e defendendo os nossos interesses, tomem em conta os regulamentos que guiam essas organizações.

Cabora Bassa deve servir o povo

EXPRESSO — Há uma certa inter-dependência económica entre Moçambique e a Rodésia; entre Moçambique e a África do Sul. Há os trabalhadores moçambicanos na África do Sul; há certas relações económicas herdadas do colonialismo português e, às quais, não parece possível pôr um fim abrupto. Marcelino dos Santos afirmou perante os jornalistas e perante os ministros holandeses que a FRELIMO não hesitará em assumir as suas responsabilidades perante os povos oprimidos da África meridional. Mas assumir em que sentido?

MARCELINO DOS SANTOS — Muito em breve será conhecido o conteúdo dos acordos entre a FRELIMO e Portugal sobre Cabora-Bassa. O que importa considerar é que a nossa posição é muito simples: Cabora-Bassa deve servir o povo. No passado assinalámos que Cabora-Bassa em uma iniciativa colonialista e imperialista visando a perpetuar a dominação dos povos de Moçambique e da África austral, visando a manter a supremacia da minoria branca nessa região. Hoje a situação mudou. Uma arma, nas mãos de um colonialista visa a oprimir o povo. Nas mãos de um guerreiro a mesma arma liberta o povo. Cabora-Bassa está nas nossas mãos. E neste momento, por que Portugal tem um regime progressista, Cabora-Bassa servirá simultaneamente — e nesta fase imediata — para defender os interesses tanto do povo moçambicano como do povo português. Quando o teor dos acordos for conhecido, então melhor se compreenderá o que as minhas palavras significam.

Uma nova situação na África Austral

MARCELINO DOS SANTOS — Para nós, antes de mais nada, importa sempre reafirmar princípios. Como durante o passado, declaramos que, os regimes de Voster e Smith são regimes anti-

humanos que nós condenamos totalmente. Em consequência — como corolário — apoiamos integralmente os movimentos de libertação nacional da África do Sul, do Zimbawe, da Namíbia, assim como os das Ilhas Comores, Seychelles, da Costa da Somália e do Sahara Leste espanhol, na sua luta pela liberdade e pela independência. Como sabe, no caso do Zimbawe (Rodésia) o Conselho Nacional Africano tem o apoio de toda a África e, em particular, o dos países mais próximos: Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Moçambique.

Importa considerar que as vitórias de Moçambique e Angola constituem uma quebra na cintura de segurança imperialista na África austral, a cintura de segurança que Voster tinha criado. Por conseguinte, e objectivamente, existe na África austral uma nova situação, a qual, essencialmente, significa que se abrem novas possibilidades para as pressões electivas que a comunidade internacional pode exercer sobre esses regimes.

Todos sabemos que o colonialismo português em Moçambique contribuiu bastante para tornar ineficazes as sanções contra o regime de Smith impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas hoje Moçambique encontra-se livre e a 25 de Junho a nossa independência será completa.

Temos consciência do contexto actual, em que nos encontramos e das responsabilidades que nos cabem. Como dissemos há um grupo de quatro países particularmente destacados para um apoio eficiente ao povo do Zimbawe dentro das posições definidas pela sua organização, o Conselho Nacional Africano. Quer dizer: a acção a realizar é uma acção concertada. Por isso indicámos que estamos prontos a assumir as nossas responsabilidades, internacionais, ou melhor: as nossas responsabilidades em relação a África austral. Quer dizer: se Smith não é capaz de compreender a necessidade de respeitar o direito da maioria e se os quatro países tomarem a decisão de um boicote completo, a FRELIMO e Moçambique respeitarão as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Poderíamos dizer ainda que a nossa posição com respeito à África do Sul foi sempre clara, no passado, como agora: se o regime de Voster se recusar a reconhecer os direitos à liberdade do povo sul-africano, a luta de libertação certamente tomará um grande incremento.

EXPRESSO — A luta armada?



No no Zambeze onde nasceu Cabora-Bassa que, agora, conforme disse Marcelino dos Santos ao EXPRESSO, defenderá os interesses dos povos moçambicano e português

MARCELINO DOS SANTOS — As formas que a luta deve tomar dependem do povo sul-africano. Se a luta armada, em particular, for a única maneira de se defender a liberdade, as organizações que representam o povo sul-africano gostariam de acrescentar um ponto importante: hoje existem mais possibilidades do que no passado para que os direitos dos povos da África austral possam ser alcançados por meio de negociações. Isso, porém, depende da capacidade da comunidade internacional em assumir as suas responsabilidades, de impor fortes pressões sobre os regimes de Smith e de Voster, de fazer de forma que os seus interesses não sejam realmente electivados. Todavia, se a comunidade internacional não quiser, nem for capaz, então deverá estar pronta a aceitar a outra solução: o desenvolvimento da luta armada. Porque devemos ter consciência de um facto: Voster e Smith não se transformarão por si próprios. Apenas sob pressão é que eles aceitarão mudar.

Finalmente gostaria de acrescentar que, no passado — tomemos como exemplo as sanções impostas à Rodésia — um certo número de países soube esconder-se sob a capa do colonialismo português, hoje importa que todos se juntem

honestos e que saibamos que nenhuma desculpa é possível para uma não tomada de posição neste sentido.

O caso de Angola

EXPRESSO — Mais uma vez, infelizmente, dão-se combates fratricidas em Angola. Pode a FRELIMO — ou tem a intenção de fazê-lo — exercer qualquer influência sobre um ou mais dos grupos em presença?

MARCELINO DOS SANTOS — Nós respeitamos o povo angolano — com quem temos relações estreitas. Importa não esquecer que lutámos sempre conjuntamente com o MPLA e o PAIGC, com os quais nos unimos na Confederação das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, e à qual a FRELIMO aderiu em 1962. Existem, portanto, sólidos laços de amizade entre a FRELIMO, o MPLA e os dois povos. Lembremos ainda que o MPLA nos serviu de exemplo na luta armada, e que dele nos veio a inspiração para a via a seguir para conseguirmos a vitória.

Hoje, o povo angolano vive momentos difíceis, mas queremos indicar que daremos toda a qual-quer ajuda que nos for solicitada

e que nos for possível, tendo em conta a realidade de um governo de transição que agrupa as três organizações. Quais são as novas possibilidades nesse campo? Esperamos que o povo angolano poderá ultrapassar e resolver as dificuldades do momento presente, para que a independência de Angola seja realmente uma independência popular. Como no passado, a FRELIMO e o povo moçambicano estarão sempre à disposição do povo irmão de Angola.

Atitude face ao Brasil

EXPRESSO — As vossas relações com o governo português são cordiais e os acordos de Lusaka são cumpridos. Porém, na comunidade de língua portuguesa há ainda o Brasil, o qual, pela sua situação geográfica, e ciente do seu potencial presente e futuro, desde há algum tempo procura radical-se em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Qual é a atitude da FRELIMO perante essa política de expansão brasileira?

MARCELINO DOS SANTOS — Não é importante, pela valorização cultural moçambicanos e a criação de valores, tudo isto no que desenvolvimento que nos se tem verificado, através da luta armada e da revolução cultural de Moçambique, muito importa

MARCELINO DOS SANTOS — Gostaria de sublinhar que a responsabilidade do termo “expansão” cabe a si, não a mim. Isto dito queremos indicar que o regime brasileiro estabelecido

em 1964 esteve sempre, os nossos dez anos de lado do colonialismo português. E diríamos mesmo de uma activa. Recordemo-nos que o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil em certo momento veio à África, numa via de apresentar uma imagem tuga — como diria — e, de apresentar uma, agradável de Portugal. Iremos os países africanos governo colonial fascista, governo amigo Frelimo. E tativa foi um fracasso: não devemos esquecer esse do governo brasileiro no.

É certo que hoje a situação é diferente, mas queremos a que se é diferente foi por a transformamos. Não te formação de que foi o brasileiro que a transformou, afinal, o Mundo é como é como é — e agora de uma nova realidade, e cada pelo facto de Moçambique independente, o povo brasileiro, como sempre, está a amizade para com o povos. Se no passado não tivemos com o governo brasileiro as relações com o novo e as organizações progressistas o representaram, relações como e naturais, continua desenvolver-se. E se o Brasil pensar a nova independência, não conosco relações e igualdade — a História é o seu, certo, e um de termos em conta de

EXPRESSO — Moçambique depende em parte em cuidados. Cremos aqui uma: o problema educacional primário, secundário a alfabetização. Quais as ações concretas tomadas por um intercâmbio educacional entre o vosso país e o Brasil?

MARCELINO DOS SANTOS — São muitas que têm e criadas, mas nem que nos ainda tenham de ter durante algum tempo. **EXPRESSO** — Uma pergunta a Marcelino dos Santos: o que tem sido a rural do povo moçambicano? **MARCELINO DOS SANTOS** — Muito importante, pela valorização cultural moçambicanos e a criação de valores, tudo isto no que desenvolvimento que nos se tem verificado, através da luta armada e da revolução cultural de Moçambique, muito importa